



redação de
CAMPEÃO

Aula 17-
“A persistência do racismo no Brasil”

Professora Candice Almeida

Professor João Filipe Magnani

contato@redacaodecampeao.com.br; www.redacaodecampeao.com.br

A minissérie *Olhos que condenam* retrata um dos casos mais emblemáticos da história norte-americana que envolve a condenação e a prisão de cinco jovens negros do bairro do Harlem sob a falsa acusação de estupro de uma mulher no Central Park em 1989. Os questionamentos dos personagens, que ocorrem enquanto eles aguardam a primeira audiência do caso — exibida no segundo episódio —, servem para definir a principal temática e debate da produção: a invisibilidade dos jovens negros, que historicamente estão entre os que mais morrem e os mais encarcerados do mundo.



Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA

A morte de um homem negro em Minnesota, nos Estados Unidos, causou uma onda de indignação depois da divulgação de um vídeo que mostra um policial branco ajoelhado no pescoço dele.

Nas imagens, colhidas na segunda-feira (25/5), o homem, identificado como George Floyd, de 40 anos, reclama e diz repetidamente: "Não consigo respirar".

Pouco depois, ele parece não se mexer, antes de ser colocado em uma maca e transferido para uma ambulância.

Vidas negras importam

Ser negro, jovem e pobre tem que deixar de ser grupo de risco (FOLHA DE S.PAULO, 21.mai.2020)

"Atirou na Kombi e matou a minha neta. Foi isso. Isso é confronto? A minha neta estava armada, por acaso, para poder levar um tiro?", disse o avô de Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, morta quando voltava para casa com a mãe, no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio, em setembro no ano passado.

"Ninguém tem o direito de entrar na casa de alguém e tirar a vida de um jovem de 14 anos. Arrancar um filho de dentro da gente não tem explicação. Você cria, ensina, dá amor, divide sonhos e tiraram ele de mim. Meu filho tinha sonhos, já sabia o que queria. Queria ser advogado e ele tinha condições para isso. Um filho com notas boas, sem notas vermelhas, um filho 100%."

João Pedro foi morto em casa, brincando, durante uma operação da polícia federal em São Gonçalo, que cravejou a casa de seus pais com mais de 70 marcas de bala. O adolescente ficou 16 horas desaparecido depois que a polícia o levou em um helicóptero.

Familiares iniciaram uma campanha nas redes sociais a sua procura, mas encontraram o corpo do adolescente apenas na manhã do dia seguinte, no Instituto Médico Legal (IML) de São Gonçalo.

Que país nos tornamos que assiste a mais um menino preto de uma comunidade ser morto pelo Estado sem que se ouça sequer uma palavra ou ação das autoridades sobre o caso? Que em resposta gera notas de repúdio, manifestações em redes sociais —textos como esse— e depois se esvai, se transforma em mais um número na estatística de mortos por policiais, à espera de um novo caso?

A segurança pública, assim como a saúde e a educação, é um dos direitos sociais universais, previstos no artigo 6º da Constituição Federal. Deveria, portanto, ser garantida a todos, em todo o território nacional.

Em comunidades como a de João Pedro e em tantas outras, o direito à segurança é violado diuturnamente, seja pela ocupação da milícia, do tráfico ou pela guerra sem vencedores entre a polícia e as facções criminosas.

"Meu filho é um estudante, um servo de Deus. A vida dele era casa, igreja, escola e jogo no celular", nos diz o pai de João

Alexandre Schneider - Pesquisador visitante e professor adjunto da Universidade Columbia em Nova York, pesquisador do Centro de Economia e Política do Setor Público da FGV/SP, consultor e ex-secretário municipal de Educação de São Paulo.

Pedro. O quão simbólico é esse discurso, de um pai justamente indignado como tantos outros que enterraram seus filhos pelo mesmo motivo, agarrado às qualidades do filho morto, como se estas tornassem mais injustificável o que já o é.

Seguindo o rito diário, antes de me deitar fui ao quarto do meu filho de 12 anos dar-lhe um beijo. Poderia ser ele, pensei. Não. Não poderia. A loteria da vida o fez nascer branco, em um lar seguro dessa e de outras formas de violência.

A despeito de toda a nossa encruzilhada política, com um presidente que não esconde seu pouco apreço pela democracia e da soma de crises que se avoluma e nos exaure, é preciso manter a capacidade de indignação, a ira santa contra a injustiça.

Já são oito crianças mortas como João Pedro desde o ano passado só na cidade do Rio de Janeiro. Arrancadas de suas famílias enquanto brincavam, voltavam da escola, caminhavam com os irmãos em comunidades onde muitas vezes não há segurança, moradia digna, saúde, esgoto, água tratada.

Os tempos que virão não são alvissareiros. A pandemia chegou a um Brasil em crise, com a renda dos mais pobres em queda, desemprego, estados e municípios quebrados, alguns deles parcelando salários dos seus funcionários. Mais do que descortinar essas questões, a pandemia deve ampliá-los.

A sociedade tem reagido à pandemia de forma solidária, mas é preciso ir além, construindo uma agenda que realmente enfrente problemas estruturais da nossa sociedade, como a desigualdade e o racismo. Algo, como nos pede o poeta Drummond, "em que todos se reconheçam e que fale como dois olhos". O sistema político, fragmentado e sem rumo, ainda não está pronto para isso.

Que a morte de João Pedro e de tantos outros nos coloque na posição de seus pais, familiares e amigos, nos levando além do necessário horror e repúdio. Que a indignação nos mova a não desistir de um Brasil possível, empático, solidário, justo, coeso. Que nos sirva para "acordar os homens e adormecer as crianças". Ser negro, jovem e pobre tem que deixar de ser grupo de risco no Brasil.

Informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE)

As desigualdades étnico-raciais, reveladas na breve série temporal considerada neste informativo, têm origens históricas e são persistentes. A população de cor ou raça preta ou parda possui severas desvantagens em relação à branca, no que tange às dimensões contempladas pelos indicadores apresentados – mercado de trabalho, distribuição de renda e condições de moradia, educação, violência e representação política.

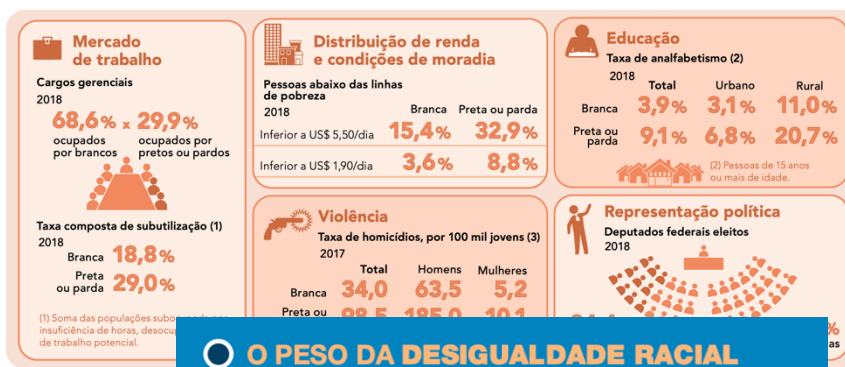
No mundo do trabalho, por exemplo, a desocupação, a subutilização da força de trabalho e a proporção de trabalhadores sem vínculos formais atingem mais fortemente a população preta ou parda. Indicadores de rendimento confirmaram que a desigualdade se mantém independentemente do nível de instrução das pessoas ocupadas. Tais resultados são influenciados pela forma de inserção das pessoas de cor ou raça preta ou parda no mercado de trabalho, qual seja: ocupam postos de menor remuneração e são menos representadas nos cargos gerenciais, sobretudo os de mais altos níveis.

A população de cor ou raça preta ou parda situa-se também, em maior proporção, abaixo das linhas de pobreza, e reside em domicílios com piores condições de moradia e com menos acesso a bens e serviços que a população de cor ou raça branca. Em relação aos indicadores educacionais, embora tenha havido melhora, as desigualdades entre esses dois grupos populacionais permanecem consideráveis e se agravam no decorrer do percurso escolar, atingindo o ápice no ensino superior.

Sob os aspectos analisados neste informativo, a desigualdade racial se manifesta também de forma bastante acentuada na dimensão da violência. Assim como na educação, tal cenário demanda políticas públicas com enfoque na população jovem de cor ou raça preta ou parda. No que tange à representação política, as pessoas pretas ou pardas encontram-se sub-representados em todos os níveis do poder legislativo.

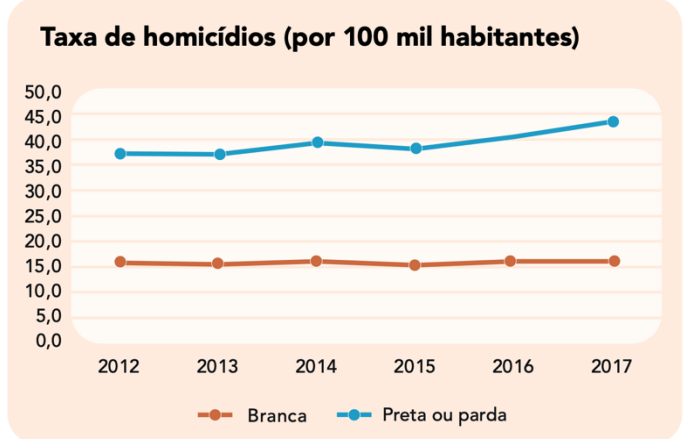
Sendo assim, fica evidente neste informativo que a superação das desigualdades raciais, em suas variadas dimensões, permanece um desafio. A partir dos dados do Censo Demográfico 2020, será possível subsidiar com informações também sobre indígenas e amarelos o planejamento de ações destinadas a este fim.

Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

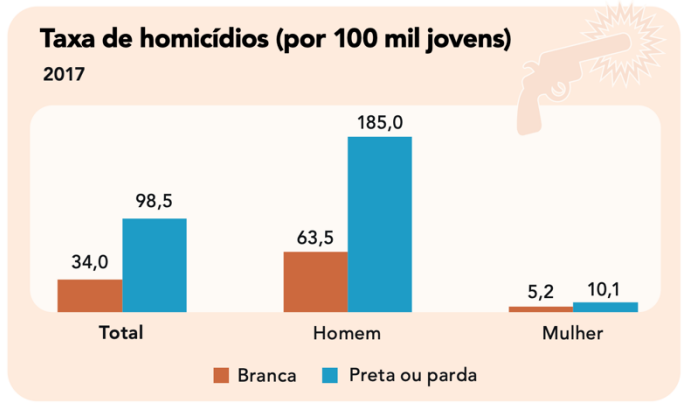


O PESO DA DESIGUALDADE RACIAL

75,5% das vítimas de homicídio no Brasil em 2017 eram negras



Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Sistema de



Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.
Nota: Pessoas de 15 a 29 anos de idade.



Expressões racistas que deveríamos tirar do nosso vocabulário

Algumas expressões racistas que deveríamos tirar do nosso vocabulário A escravidão negra é um capítulo muito marcante da história do Brasil. A influência desse período está presente, inclusive, no vocabulário da língua portuguesa. Várias expressões que usamos cotidianamente têm origem em situações adversas – e na maior parte das vezes muito dolorosas – que foram vividas por negros. Por isso, assim como precisamos deixar para trás preconceitos que surgiram durante a escravidão, podemos repensar algumas palavras que usamos.

Denegrir: de acordo com o dicionário Michaelis, a palavra significa "tornar negro" ou "difamar" O dicionário dá conta que há duas formas corretas de escrever o termo: denigrir e denegrir. Ambas as palavras, no entanto, têm o latim "denigrare" como origem. A expressão é ofensiva porque considera algo negro como negativo.

Fazer nas coxas: não se sabe exatamente quando a expressão entrou para o nosso vocabulário, mas a versão mais popular da origem é a de que o termo viria do hábito dos escravos moldarem telhas em suas coxas. Como eles tinham corpos de diferentes formatos, as telhas acabavam não se encaixando corretamente e, por isso, estariam mal feitas.

Mulata(o): o termo é usado para se referir a pessoas negras de pele clara. Da língua espanhola, a palavra faz referência ao filhote do cruzamento de cavalo com jumenta ou de jumento com égua. Ou seja, compara uma pessoa negra a um animal. A expressão se torna ainda mais pejorativa quando usada como "mulata tipo

(Adaptado de: Natália Eiras. universa.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/21/10-expressoes-racistas-que-deveriamos-tirar-do-nosso-vocabulario.htm)

Nexo Jornal: É comum que pessoas acusadas de racismo tentem justificar ou esclarecer a situação negando serem racistas, argumentando não se tratar de preconceito ou dizendo ter havido um mal entendido. Por que isso acontece?

Silvio Almeida: Quando a gente fala de racismo estrutural, o adjetivo estrutural indica que o racismo não é apenas o resultado de atos voluntários, que se limitam ao plano individual. O racismo está para além disso. Ele é, na verdade, um processo no qual, até mesmo de maneira inconsciente, as pessoas reproduzem as condições em que a desigualdade racial é possível. Quando a pessoa [acusada

(Adaptado de: Juliana D. de Lima. www.nexojournal.com.br/entrevista/2019/02/12/O-racismo-estrutural-no-cotidiano-do-pa%C3%ADs-segundo-este-autor)

AS ETERNAS DÚVIDAS DOS ADOLESCENTES



– Você fica se perguntando o que vai ser quando crescer?
– Se liga, mano! Não raciocino sobre hipóteses!

exportação", reforçando a visão do corpo da mulher negra como mercadoria.

Doméstica: a expressão designava as escravas que trabalhavam dentro das casas das famílias brancas. Normalmente, elas tinham a pele mais clara e traços semelhantes aos dos europeus, por isso tinham um "status superior" ao dos escravos da lavoura. Por receberem uma educação diferenciada e aprenderem algumas lições de bons modos, eram tidas como escravas "domesticadas", como se fossem animais selvagens.

Mercado negro, lista negra, ovelha negra... Assim como em "denegrir", o uso do adjetivo "negro" em palavras como "mercado negro", "lista negra" e "ovelha negra" tem peso muito negativo, tornando-o pejorativo. Esse juízo de valor acaba afetando também as pessoas negras, reforçando o preconceito estrutural.

de racismo] diz que foi um mal entendido, de fato, o racismo só pode acontecer numa sucessão de mal entendidos. O racismo é isso. Ele se manifesta nos espaços vazios, no mal entendido, naquilo que não é dito – e exatamente pelo fato de não ser dito e ser possível o mal entendimento é que o racismo consegue se naturalizar.

O debate [sobre o racismo] mudou porque partimos de um patamar no qual, durante muito tempo, não se admitia a discussão racial. Raça era uma coisa tida como inexistente [no Brasil], acreditava-se ser melhor não falar em racismo para que ele deixasse de existir, apesar de ele continuar existindo, das pessoas continuarem tendo suas vidas afetadas por parâmetros racializados.



Fundação Palmares anuncia selo não racista

(Folha de S.Paulo, 26/05/2020)

Negador da existência de racismo “real” no Brasil, o presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, anunciou, na noite de segunda-feira (25), a decisão de lançar o selo “não racista”, reservado a quem, em suas palavras, é injustamente tachado de discriminação racial no país.

Hoje, nas redes sociais, Camargo afirmou que “o selo da Fundação Cultural Palmares, que certifica que uma pessoa não é racista, mas vítima de campanha de difamação e execração pública da esquerda, está sendo finalizado e pode ser apresentado nesta terça-feira (26)”.

Além de negar reiteradamente a ocorrência de racismo estrutural no país, Camargo já defendeu o fim do feriado da Consciência Negra, a extinção do movimento negro e chegou a afirmar que a escravidão foi “benéfica para os descendentes” de escravizados no país.



Leia, a seguir, o fragmento do capítulo “Somos todos racistas”, da obra *Todos contra todos*, de Leandro Karnal, historiador brasileiro, publicado em 2017.

Somos todos racistas

Numa época do politicamente correto, traz-se à tona encontro de uma elite branca e os negros, uma elite obrigada a pensar nas palavras preto, negro afro-brasileiro, e retira aquele conforto que a sociedade sempre teve que a leva a desfilhar no carnaval cantando “O teu cabelo não nega, mulata, porque és mulata na cor/ Mas como a cor não pega, mulata/ Mulata, eu quero teu amor”. Esse sempre foi o nosso carnaval. A nossa carnavalização inclusive do preconceito talvez atrapalhe a possibilidade de refletir sobre o tema em si.

O capitalismo ocidental incorpora as pessoas mais pela questão econômica do que pela identidade. Portanto, acredito que o racismo nos Estados Unidos tende a diminuir em função do negro consumidor, não do negro cidadão. No Brasil, o fato de que há uma coincidência entre exclusão social e exclusão de identidade étnico-racial faz com que essa questão se misture e se intensifique. O que leva muitos críticos da política de cotas a questionar a ideia de que no Brasil não há propriamente um racismo ou uma diferença de interpretação de cor, e sim uma interpretação de renda, um abismo social. Em outras palavras, tem-se a ideia de que há uma desigualdade social, e não de gênero, ou de cor.

Essa é sempre uma explicação predominantemente feita por um determinado grupo branco. É sempre uma explicação de quem não sentiu preconceito contra si. E, como tal, diz que não há preconceito. É como a moral masculina sobre as mulheres. Dizem: “Não há uma cultura do estupro, porque nunca fui estupro.” O aborto não seria um problema se a moral fosse feita por mulheres.

Racismo não existe na percepção das pessoas que não são alvo desse racismo. Como eu disse numa palestra: “Eu, Leandro, fruto de uma classe média interiorana, nasci salvo.” Eu me

esforcei muito: trabalhei e trabalho como poucas pessoas. Acordo às 4 horas da manhã, sempre estudei como um condenado. Não há um traço do defeito da preguiça na minha biografia, mas nasci salvo. Se eu fosse preguiçoso, talvez não tivesse a posição que tenho hoje, mas eu estaria salvo do mesmo jeito.

O fato de debatermos intensamente quando uma menina negra de escola pública tira o primeiro lugar em medicina – e igualmente decorrem conceitos como meritocracia, esforço, liberalismo, cotas – é porque o conceito ainda incomoda. O fato de debatermos Bolsa Família, que representa muito pouco da economia brasileira, e debatermos muito menos “Bolsa BNDES”, não debatermos política de juros diferenciados e não debatermos todos os outros benefícios torna tudo muito claro sobre como a sociedade brasileira lida com esses problemas.

O fato de aceitarmos distinções para idosos, gestantes, portadores de especificidade de locomoção; o fato de aceitarmos distinções, inclusive baseadas em dinheiro – quem paga mais tem fila *FastTrack* nos Estados Unidos, e cada vez mais aqui; o fato de aceitarmos áreas VIP e áreas não VIP em todos os lugares; o fato de aceitarmos que temos que ceder nosso lugar para uma pessoa de idade sentar no ônibus; o fato de aceitarmos todas essas condições mostra que o único setor que desejamos isonomia são as cotas. Para todos os outros aceitamos a desigualdade.

Ou seja, não significa dizer o que é certo e o que é errado – afinal é uma questão complexa – e sim de imaginar porque discutimos igualmente apenas no único campo. É uma questão que, conforme eu já disse, mostra o motivo pelo qual nunca tenhamos tido necessidade do Brasil de uma política de apartheid.

(Disponível em:
<https://pt.scribd.com/document/366724756/Todos-contra->



A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema: **“A persistência do racismo no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista. Seu texto deve ter entre 07 e 30 linhas escritas.

